"Proteção já é meia conquista" — A nacionalidade em Manoel Bomfim

Cesar Luis SAMPAIO[i]

Resumo: Este artigo teve como objetivo refletir a questão da nacionalidade nas obras históricas de Manoel Bomfim (1868 – 1932), identificando seus conceitos de nação e nacionalidade, ao mesmo tempo procurando entender, em seus trabalhos, o conceito de colonialismo e sua permanência nas estruturas econômicas, políticas e sociais na História do Brasil.[2]

Abstract: This article has the objective of reflecting on the question of the nationality of the historical works of Manoel Bomfim (1868 – 1932), identifying his concepts of nation and nationality, at the same time trying to understand, in his works, the concept of colonialism and its permanence in the economical, political and social structures in the History of Brazil.

1. Introdução

A permanência das estruturas coloniais no Brasil, em vias de modernização, foi vista como obstáculo para a construção do Estado-Nação. Esta questão foi tema caro, presente nos debates dos pensadores nacionais do primeiro quartel do século XX.

Refletir sobre a nação e a nacionalidade nas obras históricas de Manoel Bomfim (1868 – 1932) é o objetivo deste artigo. Demonstrar os elementos que marcaram sua obra como vertente diferenciadora de seus contemporâneos.

Bomfim, nascido em Sergipe, estudou medicina, mas exerceu pouco a profissão. Atuou como jornalista, escreveu livros de crítica social e educação. Foi suplente de deputado federal, chefe da Diretoria de Ensino do Rio de Janeiro, na época, Distrito Federal.

A escolha de Bomfim para essa pesquisa teve os seguintes motivos: ser um autor pouco estudado pela academia e desconhecido por muitos pesquisadores. Este intelectual ter abordado questões pertinentes para demonstrar as causas e permanências de nossos problemas, rompendo com as ideias "hegemônicas" do período. Sua visão humanista, preocupado com as questões sociais, entre elas a educação. O desenvolvimento no pensamento do autor, da ideia de "dependência" que, segundo ele, firmou-se na política e na economia e que, até hoje, de certo modo, faz parte do "pensamento intelectual" e do Poder Executivo no país.

O trabalho tem como metodologia a crítica ontológica da visão de mundo do próprio autor, ou seja,

> [...] reproduzir pelo interior mesmo da reflexão "bomfimiana" o trançado determinativo de seus escritos, ao modo como o próprio autor os concebeu e expressou. Procedimento, pois, que adquire a articulação e identidade pela condição ininterrupta de uma analítica matrizada pelo respeito radical à estrutura e à lógica inerente ao texto examinado, tendo o mérito da sustentação de que, antes de

> interpretar ou criticar, é incontornavelmente necessário compreender *provar ter compreendido [...].* (CHASIN, 1995, p. 335 - Grifo do autor).

Em épocas de globalização, quando, teoricamente, deveriam se homogeneizar as culturas e as nações, constata-se o oposto: as nacionalidades e identidades parecem emergir com força total. Daí, um dos motivos para o estudo deste assunto.

2. "Aceitemos o destino em que formamos; tenhamos a hombridade de ser o que somos"

Nacionalidade e identidade são temas que intrigam a todos, mesmo sendo termos diferentes, mas que em muitos momentos se integram tão profundamente que alcançam significado único/comum. Se é difícil definir nação e nacionalidade, mais ainda o é sua análise. Isso explica a quantidade de teóricos escrevendo a respeito, em contraponto à escassez de teorias plausíveis (ANDERSON, 1989, p. 11).

O termo é muito vago, causa ambiguidade e uma impossibilidade de aplicação no discurso político para identificar, na realidade, os limites dos diferentes grupos nacionais. Hobsbawn (HOBSBAWN, 1991, p. 31) coloca que o conceito de nação é historicamente recente. Passou a ser utilizado nos discursos político e social durante a Era das Revoluções, especialmente a partir de 1830, com o nome de "princípio da nacionalidade". Seu significado fundamental era político, equalizando o "povo" e o Estado à maneira das revoluções francesa e norte-americana, em expressões como "Estado-nação", "Nações Unidas", etc.

Tal estratégia vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram, agora, essencialmente territoriais. Implicava ainda uma multiplicidade de Estados-nações assim constituídos e, de fato, isso era uma consequência da autodeterminação popular.

Trazendo esta discussão ao Brasil, Demétrio Magnoli (MAGNOLI, 1997:290) afirmou que o território, e não a sociedade, emergiu como traço definidor da nacionalidade. Para ele, a imaginação geográfica teve papel crucial na produção de nossa identidade. A criação deste discurso deu-se pelas repercussões sobre a política de fronteiras conduzida pelo Estado Imperial, com o importante papel do Barão do Rio Branco à frente da Chancelaria brasileira.

Para Magnoli (1997), o conceito de território brasileiro antecipou-se à vinda do Estado nacional. Isso decorre do conturbado período regencial, no ambiente ameaçador de revolução bolivariana e sob impacto das revoltas internas, que poderiam ter esparramado os fragmentos desconexos do Brasil bragantino.

Esta mesma explicação é feita por Norberto Bobbio (2001, p. 797-8), que confirma que a nação é uma entidade ideológica na mente dos indivíduos de uma situação de poder. Para o autor, porém, isto não significa que não seja possível, nem legítimo, identificar na História tendências que levaram ao nascimento das modernas nações.

O termo "nação", utilizado como ideologia centralizada de Estado burocrático, usado como ideologia de determinado tipo de Estado, só pode ser referido, no Brasil pós-"Revolução de 30", durante o longo governo Vargas, no qual se cristalizará. Antes desse período, qualquer afirmação neste sentido será precipitada, pois limitará toda forma histórica de manifestação de um povo representado por classes sociais, regiões, etnias, etc. Por mais subjetiva e particular

que seja a definição de nação, muitos teóricos consideram vários itens para formar uma nacionalidade. Língua, história, cultura, território, costumes e até etnia são bases primárias para a explicação. Dependendo do caso, um termo torna-se mais importante que outro, mas nunca podem ser descartados ou estudados separadamente.[3]

Utilizarei o conceito antropológico de nação de Benedict Anderson (1989, p. 14-6), pois nos coloca num caminho mais abrangente, enriquecendo a discussão. Para ele, nação é uma *comunidade* política *imaginada* como implicitamente *limitada* e *soberana.* Ela é assim porque nem os membros das menores nações conhecem a maioria de seus compatriotas, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão. A nação é imaginada como *limitada*, porque mesmo a maior delas tem fronteiras finitas, ainda que elásticas, além das quais se encontram outras nações. É vista como *soberana* porque o conceito nasceu quando o Iluminismo e a Revolução destruíam a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído. Finalmente, a nação é imaginada como *comunidade* porque, sem considerar a desigualdade e a exploração que atualmente prevalecem em todas elas, ela é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal.

Nesse mesmo sentido, Flora Süssekind (2000, p. 21-2) traz o conceito de construção da nacionalidade utilizado por Anderson para a realidade brasileira. Para ela, a construção da nacionalidade foi um descompasso entre o que se definiu como Brasil e o que se viveu como tal; o que o Império (Estado) queria construir e o que existia, a "ideia natural" do conceito. A ambiguidade, posta pela autora na construção da nacionalidade brasileira, é também compartilhada por Manoel Bomfim:

> [...] a nacionalidade é a própria alma de um povo capaz de ser soberano; exprime a tradição em que se orienta, para manter a realidade da sua existência moral. Não é, por conseguinte, coisa abstrata, e que possa ficar esquecida, quando uma sociedade política defende a integridade dos seus interesses. (BOMFIM, 1996, p. 137).

Ele aponta a nacionalidade, mesmo por entre revoluções, como legítima continuidade de um povo. É a racionalidade, na sucessão das crises; é a tradição (consciência da nacionalidade); é a coletividade, como consciência lúcida para o indivíduo.

O autor explica a nação num sentido do naturalismo histórico, com complexas estratégias de identificação cultural e de interpelação discursiva dos vários sujeitos da História, através da criação e recriação de identidades e suas relações com a questão da apropriação e análise dos discursos, enquanto as identidades políticas são potentes fontes simbólicas e afetivas de identidade.

Esta afirmação se dá pela apropriação que Bomfim faz dos escritos de Frei Vicente de Salvador, do inglês Southey e dos poetas e escritores nacionais como: Castro Alves, Gonçalves Dias, José de Alencar, Álvares de Azevedo, Machado de Assis, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire e Fagundes Varela. O sergipano utilizará tais fontes para explicar a formação e a existência de uma nacionalidade viva e ativa. Ele acreditava não serem confiáveis os *historiadores a serviço da corte*, que representavam uma História de feitos constituídos pelos *monarcas*, negando o papel do povo nas efervescências nacionais.

Bomfim (1996, p. 52-3) em nenhum momento nega a importância do Estado na formação da nação. Ele afirma que o Estado tem como missão captar os desejos nacionais (do povo) e direcioná-los à obra de crescimento e desenvolvimento inteligente do país. Porém,

diferentemente do que desejava o autor, o Estado brasileiro, segundo ele, nunca cumpriu esse papel; mas sim *anulou a nacionalidade crescente*, satisfazendo apenas aos interesses de quem detinha o poder.

A edificação definitiva da nação ocorre pelo alto, ou seja, pelo Estado, segundo o autor. Mas a deprimente influência deixada pelos *fugitivos de 1808*, como assim ele denominava, deturpou qualquer tentativa positiva de construção de um Estado-Nação soberano. Os *males*, adquiridos na Colônia, no Império e também na República, se perpetuaram, *prejudicando o desenvolvimento saudável da nacionalidade*.

O sergipano compreende bem os interesses internacionais sobre as nações emergentes e recém-independentes da América. Por isso, irá confeccionar o livro *A América Latina* (1905), inspirado na visão negativa que os países europeus e também os EUA tinham sobre todos os países da América Latina. Denuncia que "esta visão" — construída — tinha um único intuito: a dominação econômica. Essa dominação se daria, primeiramente, pela negação da importância destas nacionalidades quanto ao povo, independente e capaz de caminhar por si para a liberdade.

Segundo Bobbio (2001, p. 795-9), historicamente, a nação foi vista como além da existência de quaisquer laços objetivos. Seria o comportamento de fidelidade com relação às entidades, sem grandes explicações. Esta fidelidade ligaria a política ao Estado e a outros valores. Estes se dariam pelos *"laços naturais"*, ou seja, onde sugere a ideia de raça cuja identificação deste termo com a nação tem sido muito comum. Mas não podemos nos prender apenas a esse quadro, já que muitos países desenvolveram sua nacionalidade baseados na miscigenação. O exemplo mais nítido é o Brasil. Outra ideia é uma confusa representação de uma *"pessoa coletiva",* que coincidiria com grupos de determinadas características: língua, costumes, religião, território, etc.

O autor crê que o critério racial não define nacionalidade. Ele baseia-se na questão das tradições, que se formam historicamente:

> Raça, clima, religião, língua... ficam sem valor, se não há, nos motivos d'alma do grupo, estímulos sociais e morais que exijam afirmações próprias e determinem, com isto, um destino nacional distinto, que será a história de um povo. De outro modo, não haveria Suíça, Holanda, Bélgica... São nações que existem exclusivamente pela história e, no entanto, bem diferenciadas e caracterizadas na tradição. (BOMFIM, 1997, p. 39).

Para os historiadores e sociólogos de seu tempo, que, constantemente, nomeavam a raça como aspecto supremo da nação, retrucava:

> De fato: a raça, se a consideramos no valor orgânico — sangue é uma expressão biológica, que precede a todo o espírito de nacionalidade; é uma formação ante-histórica, e cujos característicos são velados pelas tradições, porque só se definem humanamente nos fastos das mesmas tradições. A história mesma pode explicar-se perfeitamente sem o conceito de raça. (BOMFIM, 1997, p. 44).

Fazendo críticas a teóricos internacionais e personagens nacionais, o sociólogo posicionou sua ácida discordância sob as questões raciais:

> Todos os preconceitos e inferioridades raciais se encontram no Sr. Oliveira Viana, sob a responsabilidade do governo do Brasil. Aliás, tudo se explica, porque o Sr. Oliveira Viana se enfarta na antropologia dos Lapouge e Le Bom, e esse Lapouge é o que, reproduzindo Pearson, garante que, sem dúvida, dentro de um século o Brasil constituirá um imenso estado negro; a menos que não volte à barbaria (sic). (BOMFIM, 1997, p. 193).

A visão bomfimiana sobre etnia, já em 1905, é de aceitação e valorização de nossa história miscigenada, que nega a inferioridade do brasileiro:

> Aceitemos o destino em que formamos; tenhamos a hombridade de ser o que somos, e façamos o dever em esforços, para que esse povo misturado venha a ser uma nação de civilização realmente humana, aproveitando todas as possibilidades de espírito e de coração, como as encontramos na herança das raças donde viemos. (BOMFIM, 1997, p. 195).

Retomando o raciocínio de Anderson (1989, p. 45), a possibilidade de imaginar a nação só surgiu historicamente quando e onde três conceitos culturais antigos básicos perderam domínio axiomático sobre o pensamento. O primeiro era a ideia de que uma determinada língua escrita oferecia acesso privilegiado à verdade ontológica. O segundo era a crença de que a sociedade era organizada de maneira natural em torno de e sob centros elevados. O terceiro era a concepção de temporalidade, na qual a cosmologia e a história não se distinguiam, sendo idênticas às origens do mundo e dos homens. Estas ideias, associadas, propiciaram vários modos de libertar-se delas.

Estas transformações ocorreram durante a decadência lenta e irregular das certezas, primeiro na Europa e depois por toda parte, sob o impacto das "descobertas" sociais e científicas, das mudanças econômicas e do acelerado desenvolvimento das comunicações.

Um fator importante é a convergência do capitalismo editorial, que atribuiu nova fixidez à língua, que produziu grande quantidade de publicações para um número maior de leitores, que cresceu com o ingresso do ensino público. Este fato, em longo prazo, ajudou a construir a imagem essencial à ideia subjetiva de nação, sobre uma diversidade fatal das línguas humanas.

Estas sociedades produzem não apenas um indivíduo *"eu-imagem"* ou *"eu-ideal"*, mas também um *"nós-imagem"* e um *"nós-ideal".* Este é um aspecto central da nacionalização do *ethos* e do sentimento individual que ocorre, mais cedo ou mais tarde, em todos os países em processo de modernização. (ELIAS, 1993, p. 44-5)

3. "O cruzamento racial, em vez de ser um mal, é uma vantagem"

A construção da ideia de nação no Brasil começa na fase colonial. Primeiro com a dificuldade de criar um conceito de povo, como comunidade política dentro deste sistema, numa sociedade escravista e miscigenada. A preocupação de conceituar *"povo"* surge com o reconhecimento por Portugal da importância econômica representada pelo Brasil Colônia.

As capitanias hereditárias são a primeira tentativa de colonização e povoamento local. Inicialmente formadas por particulares, demonstraram a Portugal a necessidade de formar povoamento estável nas terras brasileiras.

Esta primeira fase é defendida por Bomfim como *Idade Heroica*. Neste sentido, tentou retificar o preconceito criado sobre os primeiros colonos, chamados de gentes de má qualidade, degredados e condenados. Ele sai à defesa destes, rompendo conceitos tradicionais de ordem e legalidade, suplantando o senso comum da visão negativa da História brasileira.

A partir desta fixação, via produção agrícola, criou-se um sentimento de pertencer à terra, certa nacionalidade. É certo que este sentimento não era de total unidade física, mas, para o autor, era de sentimentos que, apesar de locais, pedia-se para todo o Brasil. Começou pela defesa do território contra o invasor estrangeiro; depois, estendeu-se à defesa das necessidades das populações locais.

Sua tese de comunhão de sentimentos defende que, se abstraíssemos a estreita faixa litorânea sob o imediato influxo do português, a vastidão interior, onde se formava *o verdadeiro e exclusivo* Brasil, pronunciava-se numa atividade nitidamente entrelaçadora e unificante.

Segundo o nacionalista Bomfim, assim se fez o Brasil, na *entusiástica necessidade patriótica* imposta pelas repetidas invasões estrangeiras, reforçada pela *brilhante unidade dos tupis*, que acabou concentrando-se na *consciência de ser uma pátria*.

Para a "consciência de ser brasileiro" que o autor tenta construir já no período colonial, não há resposta rígida. Tal consciência definiu-se conforme os setores da sociedade passaram a ter interesses distintos dos da Metrópole, ou a identificarem nela a fonte de seus problemas. Para Boris Fausto, essa "consciência" se dá na heterogeneidade de grupos e ideias, abrangendo desde grandes proprietários rurais, de um lado, até artesãos ou soldados mal pagos, de outro, passando por bacharéis e letrados. As "ideias francesas" ou o liberalismo da Revolução Americana eram sua inspiração. Os setores sociais dominantes negavam obviamente a questão da abolição da escravatura, que feria seus interesses. Para as camadas dominadas, ao contrário, a independência vinha acompanhada de propósitos igualitários de reforma social. (FAUSTO, 2001, p. 63)

Até a Independência, e mesmo depois, a consciência nacional passa pelo regional. Os rebeldes do período se afirmam como mineiros, baianos, pernambucanos e, em alguns casos, como pobres, tanto ou mais do que como brasileiros. (FAUSTO, 2001, p. 63).

Tanto para Manoel Bomfim como para Darcy Ribeiro (2000, p. 81-6), o indígena foi essencial na construção do Brasil. Só não teve importância igual à do próprio português porque a este coube a direção. O processo, chamado pelo autor de *O Povo Brasileiro* de "cunhadismo", é a mesma forma utilizada pelo sergipano para explicar a miscigenação do índio com o português. O "cunhadismo" foi a instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro. Incluir estranhos na sua comunidade era um velho costume indígena e consistia em dar uma moça índia como esposa. Assim que ele assumisse, estabelecia, automaticamente, laços parentais com todos os membros do grupo, que podia pôr ao seu serviço, fosse para conforto pessoal ou para a produção de mercadorias. O cunhadismo, na sua nova inserção civilizatória, fez surgir a numerosa camada mestiça que, efetivamente, tornou possível ocupar o Brasil.

Na ordem de nomear valores à população indígena, Bomfim recorria ao romantismo dos literatos de sua época, como Gonçalves Dias, ao chamar o índio de *ingênuo e hospitaleiro*. Também utilizava a visão alencariana: de *amigo leal em que se deve repousar confiança.* (BOMFIM, 1997, p. 105-6).

O sociólogo e historiador sergipano não esqueceu a importância do negro na história brasileira. Sua posição segue a de Darcy Ribeiro. Ambos explicam assim a formação da primeira caracterização etnográfica do povo brasileiro:

> Não se pode caracterizar a formação do Brasil sem referências especiais aos negros que, escravos, trabalharam e produziram, incorporando-se, finalmente, na massa da população. No entanto, o negro teve muito menor influência na formação primeira do Brasil do que se admite geralmente. É inegável que, nos meados do século XVII, já o Brasil estava definido — reação nacional contra o invasor holandês, expansão nacional pelos sertões... A quadra decisiva, no negreirismo, foi o século de 1750 a 1850. Já existia o Brasil. Contudo, tão grande foi esse número, e tanto se misturaram os negros, que seu influxo foi bastante para dar tons especiais na caracterização do povo. O africano refletiu muito sensivelmente as suas qualidades na população já feita, sem desviá-la, no entanto, das linhas definitivas. (BOMFIM, 1997, p. 200-2).

O Brasil é o cruzamento das três raças humanas extremas: branco, índio e negro. Esta mistura trouxe uma argumentação desfavorável à América portuguesa e também à espanhola. Surgida da teorização mendeliana, a pretensa teoria das raças puras, oriunda da Europa, espalhou-se com sucesso por todo o continente americano.

Em resposta, o médico Bomfim (1997, p. 167) a acusa de "mendelismo mal assimilado, e em que não se afirma não poderem formar-se raças estáveis, provindas de cruzamento. [...] E, sem receio de desmentido valioso, pode-se admitir que o cruzamento, nos casos da população brasileira, em vez de ser um mal, é uma vantagem".

Percebemos, aqui, o autor questionando a teorização do período e invertendo o processo: a valorização da mistura num período contaminado por ideais racistas fascinantes para os intelectuais brasileiros:

> Está demonstrado, pela experiência, que a união de parentes é um perigo para a sociedade... Esta verdade é uma das mais claras ilustrações desse princípio universal da dinâmica social, cuja expressão mais nítida, e melhor, parece ser das palavras 'diferença de potencial'... O progresso resulta da fusão de elementos dessemelhantes. Esta fusão é criadora porque dela resulta uma 'qualquer causa', que não é nem um nem outro dos componentes que difere dos dois, e que é novo. (BOMFIM, 1997, p. 174).

Continuando o raciocínio: "A história [...] prova o valor desse processo. Na espécie humana, a única barreira absoluta para a fusão das raças é o isolamento geográfico. Quer o queiramos, ou não, a mistura das raças humanas progride, e não fará senão aumentar." (BOMFIM, 1997, p. 181).

Bomfim (1997, p. 183) negou existir motivo biológico para duvidar do futuro do Brasil, como incapacidade das suas raças. O atraso local seria cultural: abrange ciência, educação, trabalho inteligente, saúde, etc. Razões que podem ser sanadas por políticas públicas. O autor orientava que os descendentes miscigenados, que defenderam e dilataram o país tão corajosamente, aceitassem seu destino e continuassem sua obra edificante da construção da nação.

4. "Éramos uma colônia vassala e hoje, somos uma colônia independente"

Para o autor, o governo republicano continuou as políticas do Império de *massacrar a nacionalidade* brasileira. Não bastasse o descaso com a população, no sentido de não oferecer a estrutura necessária para a emergência da cultura nacional, a República incentivou a imigração de europeus, como política de branqueamento. Voltamos ao conceito de raça:

> No vazio da inteligência... nossos dirigentes são prontos, igualmente, em aceitar quantos conceitos e juízos lhes deem as suas curtas leituras. Assim se explica o empenho com que se apela para a imigração, o valor que lhe dão as estultices que repetem, quanto à significação histórica do clima brasileiro, e, sobretudo, a empáfia bestial e antibrasileira com que se repetem os interesseiros, falsos e ferozes conceitos, arguidos pela falsa ciência, a serviço do colonialismo, contra os fracos escravizados de ontem, dominados e explorados hoje, em nome de uma pretensa superioridade de raças. (BOMFIM, 1996, p. 478).

Inspirados no sucesso da experiência dos EUA, o governo brasileiro e seus *intelectuais de vistas curtas* reafirmaram sua política eurocêntrica, submissa e colonizada:

> [...] temos uma vida política caracterizada em vícios e arcaísmos, desmoralizada, insuficiente, sob dirigentes que buscam imigração com a confissão explícita da inferioridade dos nacionais. Ora, quando um povo se mostra incapaz, e começa por dizer-se inferior, não deve procurar imigrante: prepara-se primeiro, procura redimir-se da inferioridade efetiva de cultura. (BOMFIM, 1996, p. 481).

Para Bomfim, a necessidade brasileira perpassa pelo desenvolvimento humano, representado pela educação, cultura, autoestima, etc. O autor diz que a imigração adotada acabou direcionada apenas à importação de braços, para substituir escravos negros, deixados à revelia da vida para agradar a uma elite preconceituosa:

> São mais os males dessa colonização precipitada que as vantagens [...]. Temos de convir que seja absurdo, reconhecendo que o estado político e econômico do país não é bom, pretender e esperar que os estrangeiros o venham reformar e organizar, educar e aperfeiçoar. Quem emigra, emigra para melhorar de sorte, e não para organizar nações e fazer pátrias; e, quando o faça, há de fazê-lo para si, e não para quem se confessa por si mesmo incompetente. (BOMFIM, 1993, p. 177-8).

Na Europa, no início do século XX, era cedo para que as ideias conservadoras e antidemocráticas dessem espaço ao capitalismo pós-mercantil e suas frágeis formações de classe, junto da ideia de progresso, liberalismo e igualdade de raízes iluministas. Apesar de o Estado e a sociedade estarem cada vez mais próximos das ideias de razão e bem-estar do homem comum, estas não conseguiram suplantar as sólidas tradições e valores de épocas pré-industriais. (MAYER, 1993, p. 267-9).

Manoel Bomfim enumerou vários fatos que dificultaram a formação de nossa soberania. Começou com as dificuldades nas colônias devido à política portuguesa descentralizadora e ao abafamento das nacionalidades emergentes. Depois, pelo impedimento externo dos interesses da Europa e dos EUA, com a Doutrina Monroe:

> Só os povos que chegam à emancipação econômica e industrial podem dizer que possuem independência política. Não é o nosso caso — a nação, eternamente ignorante e colonial, eternamente dominada e explorada pela avidez europeia. Economicamente, não há diferença entre o Brasil de 1800 e o de hoje. Era uma colônia vassala; e, hoje, uma colônia independente. (BOMFIM, 1993, p. 175).

Infelizmente, dizia, tratando-se de política internacional, os homens não têm moral nem justiça. E tudo indicava que a América do Sul seria sacrificada pelos interesses vis, os egoísmos coletivos, e o autor não duvidava desta investida. (BOMFIM, 1993:287) A ameaça era a mesma, a política imperialista europeia e dos EUA. Essa ideia era compartilhada por Dunshee de Abranches (1917, p. 267), que impedia intervenções comerciais ou políticas que obstruíssem a soberania brasileira.

Para o autor sergipano: "Proteção já é meia conquista, e um povo ou uma nação só se pode considerar livre e soberano quando por si mesmo se garante, e é bastante forte para defender-se e bastante caracterizado e culto para não se deixar assimilar ou eliminar." (sic) (BOMFIM, 1993, p. 289)

A citação anterior, de 1905, dá a impressão de que o autor coloca certa importância na defesa bélica do território. Na verdade, ele faz duras críticas às Forças Armadas, que orientam apenas à estupidez da guerra. O sergipano nos aponta seu ideal de união do continente americano, talvez uma visão bolivarista de confederação:

> Desarmada - das armas clássicas e obsoletas, apenas disposta à defesa contra o imperialismo do resto do mundo, a América estaria liberada de guerras, pois que, convencionalmente preparados para a defesa geral, acordes, americanamente, para tal defesa, estaríamos isentos de ataques, que não haveria tonteira de imperialismo periclitante bastante alucinante para empreender um ataque contra a América confederada para a mesma defesa. (BOMFIM, 1996, p. 556-7.).

A força do continente ou do Brasil, colocada pelo autor, se dá pelo desenvolvimento das forças produtivas, pela modernização da produção, pela industrialização, pelo direcionamento de recursos, etc.

Além de crítico dedicado, o estudioso também propôs soluções para nossas mazelas. Quanto ao agravamento da eterna crise orçamentária, no qual o único remédio utilizado eram os famosos empréstimos, era categórico: "[...] temos que produzir melhor e aproveitar todos os recursos desta natureza, de sorte a comprar menos e vender mais". Demonstra sua preocupação com outro problema econômico local: o controle da balança comercial, dependente de produtos industrializados devido à persistência na economia de produtos primários.

O autor propunha, já no início do século XX, a utilização do óleo de babaçu (e outros produtos produzidos nas regiões norte e nordeste do país) como substituto do petróleo. Apenas muito recentemente este assunto veio à tona, pois no passado estava relacionado a interesses de empresas estrangeiras, somados também à nossa atitude de *Homus Colonialis* [4].

Defendeu a reforma agrária sob a ótica da produtividade e justiça social,a produção de combustíveis renováveis, a industrialização e consumo no mercado interno, juntamente com a organização das questões trabalhistas.

Todas estas reformas perpassavam, segundo Bomfim, primeiro pelo crivo da educação, que daria novos ânimos aos nossos espíritos empobrecidos:

> É a educação que socializa o homem. E, por isso, ela se torna, cada vez mais, uma função da vida social [...] Educar não é somente o dever correlato do direito que tem a criança a ser levada à plena condição de homem; mas, sobretudo, o interesse social-nacional de melhorarem-se as unidades, a fim de elevar-se o nível da nação. (BOMFIM, 1996, p. 546)

5. Considerações Finais

Manoel Bomfim foi autor de uma grande e diversa obra, contundente e, em muitos momentos, contraditória. Escreveu num período histórico conturbado, influenciado pelo anarquismo, o comunismo e o liberalismo. A contradição não desmerece sua pesquisa; aliás, revela a humanidade de um brasileiro na procura sistemática por "salvar" seu país de um presente e futuro catastróficos.

Pesquisador criterioso, procurou em autores alimento para formular uma tese de crença nas possibilidades do Brasil e do brasileiro. Vasculhou, na História do país, motivos para engrandecer a formação da nacionalidade local e a sua importância para a manutenção da vida dos brasileiros.

Seus escritos revelam a atualidade de questões da realidade brasileira, mostrando-se (após um século) cada vez mais difíceis, se não impossíveis de ser resolvidas. Os *males de origem*, os *germes do bragantismo* encravados em nosso eterno *colonialismo* político e cultural, denunciados em três décadas de publicações, fortificam a sua importância, junto de seu projeto (não vencedor) de Estado-Nação para o Brasil.

Notas

[1] **Bacharel, Licenciado e Mestre em História Social pela PUC-SP, coordenador do curso de História (unidade Santo Amaro), professor dos cursos de História, Administração e Design de Moda do Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo. Contato: <cesarhistoriador@gmail.com>.**

[2] Este artigo é uma adaptação de um dos capítulos de minha dissertação de mestrado, defendido em 2005.

[3] Autores como Benedict Anderson, Lord Acton, Otto Bauer, Ernest Gellner, Gopal Balakrishnan, Katherine Verdery, Eric J. Hobsbawn, Jürgen Habermas, entre outros, não fecham a discussão de nação centrada apenas no foco político, apesar de não negarem a importância deste.

[4] Termo irônico utilizado pelo sociólogo Gilberto Vasconcelos para designar o brasileiro que infelizmente ainda pensa sob o signo do colonialismo, deixando nossa sociedade sempre em terceiro plano, sendo sempre necessário recorrer a alguém, a modelo ou pensamento provenientes de fora, de preferência de países ricos.

Referências

ABRANCHES, Dunshee de. *A ilusão brazileira.* Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1917.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional.* São Paulo: Ática, 1989.

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política.* Vol.1 e 2. Brasília: UNB - Imprensa Oficial, 2001.

BOMFIM, Manoel. O *Brasil na história:* deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

_____. *A América Latina:* males de origem. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

_____. *O Brasil Nação*: realidade da soberania brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
_____. *O Brasil na América:* caracterização da formação brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
CHASIN, José. São Paulo: Ensaio, 1995.
ELIAS, Norbert. Uma Digressão sobre o Nacionalismo. In: _____. *Os Alemães*: a luta, poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 431 p.
FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Globo, 2004.
FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil.* São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2001.
HOBSBAWN, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria:* imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Unesp/Moderna, 1997.
RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui:* o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
VASCONCELOS, Gilberto Felisberto; VIDAL, J.W. Bautista. *O Poder dos Trópicos.* São Paulo: Casa Amarela, 1998.
VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, vol. 39, n. 3, 1996.
_____. Americanistas e Iberistas: A polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In _____. *O Pensamento de Oliveira Vianna*. (Org.) Elide Rugai Bastos e João Quartim de Moraes, cap. XV, p. 351 a 404.